



REQUERIMENTO N.º , DE 2015.
(Das Sras Maria do Rosário e Margarida Salomão)

Requerem Audiência Pública para discutir a PEC nº 171, de 1993, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)”.

Senhor Presidente:

Senhor Presidente, Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 171 de 1993, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)”, sugerindo-se a oitiva, desde logo, das seguintes autoridades:

1. NILMA LINO GOMES

Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

2. REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)

3. REPRESENTANTE DOS AGENTES DE PASTORAL NEGROS DO BRASIL (APNS)

4. REPRESENTANTE DA PASTORAL DA JUVENTUDE

JUSTIFICAÇÃO

Requeremos a realização de audiência pública para amplo debate acerca do teor da PEC nº 171, de 1993, em razão da profunda alteração que deseja promover, simultaneamente, no sistema de justiça criminal e na política desenvolvida para a adolescência em nosso País, cabendo ouvir a sociedade



civil sobre a oportunidade e eficiência da medida de redução da maioria penal.

A prática de atos infracionais por adolescentes tem colocado em questão as diretrizes da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, adotada pelo Estado brasileiro em seu texto constitucional e por tratados internacionais de direitos humanos, ratificados e promulgados. Contudo, exige-se uma reflexão maior dos impactos almejados pela redução da maioria penal, no sentido de averiguar sua eficácia para o controle da criminalidade e reinserção social dos infratores, sob pena de retrocedermos na conquista de direitos fundamentais de sujeitos de direitos genuínos, que são as crianças e os adolescentes.

Ainda que tenha sido aprovada a admissibilidade da matéria, restam dúvidas quanto à constitucionalidade de propostas deste teor e a oitiva de diversos atores de movimentos sociais, de representantes de órgãos públicos e de agentes políticos contribuirá inegavelmente para o bom desempenho dos debates nesta Comissão Especial.

Desta forma, propomos uma Audiência Pública para que se discuta a redução da maioria penal a partir do debate sobre a temática do racismo institucional, contando com o apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2015.

Deputada Maria do Rosário
PT/RS

Deputada Margarida Salomão
PT/MG